



RELATÓRIO
DE
GESTÃO
2013

“Iniciado o ano letivo, o calvário burocrático não melhorou. Bem pelo contrário. Inúmeros problemas foram sucessivamente nascendo de um sistema burocrático crescentemente paralisado e ineficaz (...)”.

FRANCO, António de Sousa, *Declaração à Assembleia de Representantes*, in arquivo histórico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 21 de fevereiro de 1985, p. 3.

I - INTRODUÇÃO

O presente relatório visa proporcionar, de forma sistematizada, uma visão da situação económica e financeira da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa no exercício económico compreendido entre 01 de Janeiro de 2013 e 31 de Dezembro de 2013, distinguindo os acontecimentos que, ao longo do ano, maior impacto tiveram nos seus resultados e quais as ações realizadas pelas unidades administrativas de gestão, nomeadamente, os serviços académicos e os serviços relativos aos recursos humanos, patrimoniais e financeiros.

Durante este período a responsabilidade pela Gestão Financeira foi do Diretor, Professor Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto, dado o fim do mandato a responsabilidade pela apresentação dos documentos de prestação de contas recai no Conselho de Gestão, composto pelo Diretor, Prof. Doutor Jorge Duarte Pinheiro, Subdiretora, Prof. Doutora Maria Paula Vaz Freire e Diretora Executiva, Lic. Ana Paula Costa Carreira, nos termos do n.º 1 do artigo 52º da Lei 98/97, de 26 de agosto.

1. Missão

Nos termos dos novos Estatutos, publicados no DR II série nº232, de 29 de novembro de 2013, a Faculdade de Direito é um centro de criação, transmissão e difusão da cultura e da ciência, no domínio das disciplinas jurídicas e das demais disciplinas com estas conexas.

É missão desta Instituição prestar serviço à Comunidade, numa perspetiva de valorização mútua, estabelecer intercâmbio cultural, pedagógico e científico com entidades públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras e contribuir no âmbito das suas atividades para o desenvolvimento do País e para a cooperação internacional.

2. Preâmbulo

A FDUL compreende unidades administrativas de gestão, dirigidas por um Diretor Executivo, exercendo as competências que lhe são conferidas por lei e pelos estatutos da Faculdade nas atividades relacionadas com a gestão de recursos humanos, vencimentos, gestão académica do 1º, 2º e 3º ciclos de estudo, gestão financeira e patrimonial, promovendo uma gestão racionalizada de recursos e uma articulação clara com a Universidade de Lisboa que permita não só uma maior uniformização mas sobretudo criando condições para que as atividades desenvolvidas sejam de grande qualidade, com base numa real partilha, cooperação e interação institucionais, a nível interno e visando uma imagem de FDUL dinâmica e inovadora, a nível externo, no país e no estrangeiro.

No ano de 2013 manteve-se a estratégia de modernização administrativa da Faculdade. Pretende-se que nas vertentes financeira, académica e de recursos humanos, as aplicações informáticas de suporte à gestão sejam comuns às utilizadas nas restantes Faculdades da Universidade de Lisboa, de modo a que a informação disponibilizada online na Faculdade e na Reitoria seja sistemática e que haja uma maximização do conhecimento e troca de informações entre todas as escolas e todos os colaboradores não docentes da Universidade.

A gestão universitária e as exigências legais impõem uma sistematização da informação estatística disponível, indispensável para a implementação de uma estratégia de gestão adequada e que em qualquer momento permita responder a questões como: Quantos somos? Quantos alunos existem na

Faculdade? Quantos alunos Erasmus existem na Faculdade? De que Nacionalidade? Qual o nosso património e meios?

Quanto gastamos? Quanto arrecadamos? Qual o preço e qual o custo de uma licenciatura no horário diurno e no horário noturno? Quanto custa e quanto vale um curso de mestrado e de doutoramento? Etc, Etc.

Um dos principais problemas na implementação de um modelo de gestão académica mais eficiente foi mais uma vez a dificuldade na obtenção de informação, atempadamente, para o estabelecimento de um planeamento em cada ano letivo. Informações e documentos fundamentais e estratégicos como a distribuição de serviço docente e o plano de atividades, deveriam ser disponibilizados até ao início do segundo semestre do ano letivo precedente o que não acontece. Ao invés, a implementação de soluções no limite do materialmente possível – muito depois de ultrapassado o prazo conveniente – não permitem a melhoria da qualidade da organização administrativa e da gestão da Faculdade, em geral, e de cada ano letivo, em particular.

O tema não é novo e é interessante aqui transcrever um trecho de uma comunicação do Prof. Doutor António de Sousa Franco enquanto Presidente do Conselho Diretivo, à Assembleia de Representantes da Faculdade, datada de 21 de fevereiro de 1985, que, *mutatis mutandis*, permanece totalmente atual:

“ (...) Permita-se-me tirar daqui uma lição. As propostas que todos os anos fiz acerca dos prazos desejáveis para que a preparação do ano letivo fosse feita a tempo de evitar os riscos de decisões de última hora, nunca foram respeitadas (...) ”.

II – ÁREA ACADÉMICA

A Divisão Académica é constituída pelo Núcleo de Formação Inicial e pelo Núcleo de Formação Pós-Graduada. No primeiro trata-se da gestão administrativa do Curso de Licenciatura, prestando-se informação relativa aos diversos atos académicos do 1.º ciclo e organizando e mantendo atualizado o arquivo dos processos individuais dos Alunos respetivos. No Núcleo de Formação Pós-Graduada gerem-se os processos individuais dos Alunos dos cursos de estudos pós-graduados, mormente de mestrado e de doutoramento, correspondentes aos 2.º e 3.º ciclo de estudos, mas também de cursos pós-graduados de atualização, aperfeiçoamento e especialização, não conferentes de grau. Para além dessa gestão, organizam-se os aspetos administrativos da acreditação e da avaliação dos cursos e a sua publicitação.

1. Fusão num só espaço dos Núcleos de Formação Inicial e de Formação Pós-Graduada da Divisão Académica:

Na pausa para férias de Verão entre os anos letivos 2012-2013 e 2013-2014, o espaço reservado à Divisão Académica sofreu obras de adaptação e beneficiação, com vista a acolher os Núcleos de Formação Inicial e de Formação Pós-Graduada e ainda da Tesouraria.

Dotou-se o espaço, localizado no piso 0 do Edifício I, de um *open-space* que acolhe os postos de trabalho e o arquivo de ambos os Núcleos da Divisão Académica. Com esta fusão, pretende-se não só uma interação mais afinada entre Serviços, como a racionalização, coprodução e especialização de tarefas, considerando que algumas delas não semelhantes nos dois Núcleos, devendo as mesmas estar centralizadas na mesma estrutura e espaço.

Por outro lado, deslocalizaram-se os Serviços de Tesouraria para o mesmo espaço que acolhe a Divisão Académica, considerando que estes são em grande parte utilizados pelos Estudantes da Faculdade, concomitantemente com atos que praticam e informações que colhem junto da Divisão Académica. Deste modo promove-se um conforto superior dos Estudantes, que num só espaço podem tratar de assuntos administrativos e realizar os respetivos pagamentos. Também se promove a interação entre a Divisão Académica e a Tesouraria que, frequentemente, intervêm nos mesmos processos, nas suas diferentes facetas.

A Divisão Académica e a Tesouraria foram dotadas de um sistema inteligente de gestão de atendimentos, com painéis indicadores dos números de ordem espalhados por diversos locais da Faculdade, de modo a que nas épocas de pico, os Estudantes possam circular pela Faculdade, tendo acesso ao número de ordem do atendimento em cada momento.

Foi ainda criado um local de atendimento personalizado polivalente para diferentes objetivos ao longo do ano letivo, especialmente vocacionado para os Estudantes de Mestrados e de Doutoramento que, considerando as especificidades destes Cursos, beneficiam de um atendimento autónomo.

2. Aperfeiçoamento das seguintes funcionalidades informáticas no âmbito dos Serviços Académicos:

a) Funcionalidades para os Estudantes:

i. Pagamento de taxas e propinas *online*, através de referência Multibanco e de cartão de crédito com protocolo com a Unicre – Visa e Mastercard.

O pagamento de taxas e propinas à distância através de cartão de crédito Visa ou Mastercard foi uma das primeiras funcionalidades introduzidas com a nova aplicação informática. Verificava-se que aos Alunos que não se encontravam no território nacional e que não tinham conta bancária domiciliada no País não era possível proceder aos pagamentos

de taxas e propinas vencidas. Com este expediente, já é possível fazer esses pagamentos em qualquer local com acesso à Internet. Esta funcionalidade é particularmente importante nos Cursos Pós-Graduados em que mais de dois terços dos Alunos inscritos nos cursos de mestrado científico e doutoramento são estrangeiros, estando muitos deles fora de Portugal durante longos períodos nas fases de preparação da dissertação/tese destes cursos.

ii. Solicitação de certidões *online*.

Foi introduzido o mecanismo de solicitação de certidões *online*, com os concomitantes benefícios de comodidade e economia por poder ser utilizado em qualquer local onde exista ligação à Internet, 24 horas por dia, 7 dias por semana.

iii. Apresentação de candidaturas e realização de matrículas *online*, com o expediente, nomeadamente, de escolha de cursos, disciplinas e turmas.

As novas aplicações permitem, a inscrição *online*, incluindo opção de turnos e disciplinas a frequentar. Esta funcionalidade é acessível através do portal académico Netpa. (<https://fd.academicos.ul.pt/fd/page>).

iv. Apresentação de candidaturas e matrículas em programas de pós-doutoramento *online*.

As vantagens da informatização das candidaturas e dos processos académicos dos doutores inscritos em programas de pós-doutoramento são particularmente importantes pela circunstância de se tratar de programas vocacionados para estrangeiros que, assim, podem fazer à distância, na Internet, a sua candidatura, bem como obterem informações sobre os programas de pós-doutoramento.

v. Consulta de sumários das aulas *online*.

Até 2012 os Estudantes não tinham acesso automático aos sumários das aulas, salvo quando fossem disponibilizados pelo docente, nas aulas, para além dos livros de sumários em papel. Hoje todos os

Alunos e docentes podem consultar os sumários *online* e conhecer, na secretaria virtual, a matéria dada em cada aula.

vi. Consulta de notas *online*.

Os Alunos têm agora acesso *online* à classificação obtida em todos os momentos de avaliação que conduzem à nota final. Estas novas funcionalidades permitem ao Aluno o conhecimento, em tempo real e em qualquer lugar com acesso à Internet, das notas referentes aos momentos de avaliação, tais como provas orais e escritas, revisões de prova, etc., bem como as datas correspondentes aos diferentes momentos.

vii. Solicitação de revisão de provas académicas com apresentação de fundamentação do Aluno interessado e visualização da resposta do Professor Regente *online*.

Todo o processo de revisão de prova foi desmaterializado, com a introdução desta nova funcionalidade. O Aluno pode solicitar a revisão de prova *online*, na sua área pessoal, sendo-lhe permitido fundamentar o pedido nessa plataforma. Do mesmo modo, o professor pode responder ao pedido de revisão e alterar, ou não, a nota da prova, consultando a prova *online* e apresentando a respetiva fundamentação no mesmo suporte. Também o pagamento das taxas correspondentes pode ser efetuado *online* através das vias convencionadas – referência Multibanco ou cartão de crédito Visa ou Mastercard.

b) Funcionalidades para os docentes:

- i. **Lançamento de sumários *online***, podendo fazê-lo de forma sistematizada em qualquer lugar com ligação à Internet e até cinco dias após a respetiva aula.
- ii. **Lançamento de notas *online***, podendo fazê-lo de forma sistematizada em qualquer lugar com ligação à Internet, podendo as notas de uma mesma disciplina e turma serem lançadas faseadamente.
- iii. **Consulta de pautas *online*, nomeadamente fotográficas**, tornando-se dispensável a distribuição, recolha, organização e transporte de fichas de Alunos por turma e/ou disciplina.

3. Cursos lecionados:

Como é tradição na Faculdade e a distingue das restantes escolas de Direito, durante o ano letivo 2012-2013, o Curso de Licenciatura foi oferecido do horário diurno, noturno e misto.

No 2º ciclo de estudos foram lecionados os seguintes cursos:

- Curso de Mestrado em Direito – designado internamente de Mestrado Científico (decorrendo num horário misto) com as seguintes áreas de especialização:

- História do Direito;
- Teoria do Direito;
- Finanças Públicas e Privadas;
- Economia e Análise Económica do Direito;
- Concorrência e Regulação;
- Direito Fiscal;
- Filosofia e Teoria do Estado;
- Direito Constitucional;
- Direito Administrativo;
- Direitos Fundamentais;
- Ciências Jurídico-Internacionais;
- Ciências Jurídico-Ambientais;
- Ciência Política;
- Ciências Jurídicas;
- Ciências Jurídico-Criminais;
- Ciências Jurídico-Laborais;
- Direito Comercial;
- Direito Bancário e dos Seguros;
- Direito Intelectual.

- Cursos de Mestrado - designados internamente de Mestrados Profissionalizantes (decorrendo em horário pós-laboral, noturno):

- Ciências Jurídico Forenses;
- Direito Administrativo;
- Direito e Economia;
- Ciências Jurídico Financeiras;

- Direito Internacional e Relações Internacionais;
- Ciências Jurídico-Empresariais.

Este grupo de cursos foi lecionado também em regime abreviado para licenciados antes da implementação do Processo de Bolonha, que tenham concluído a licenciatura com a duração de cinco anos curriculares.

No 3.º ciclo abriram cursos de Doutoramento nas seguintes áreas de especialidade:

- Ciências Histórico-Jurídicas;
- Ciências Jurídico-Económicas;
- Ciências Jurídico-Políticas;
- Ciências Jurídico Civis;
- Ciências Jurídico-Internacionais;
- Ciências Jurídico-Empresariais;
- Ciências Jurídico-Criminais.

4. Sobre a acreditação e avaliação:

a) Acreditação de Cursos:

Foi obtida a aprovação da acreditação de um novo curso de mestrado, sobre Direito e Interioridade, conferida pela Agência A3ES, tendo ficado estabelecida a sua implementação no ano letivo 2014-2015.

b) Avaliação:

Procedeu-se ao acompanhamento da avaliação de alguns dos cursos da Faculdade, no quadro do processo de avaliação que a Agência A3ES iniciou no final de 2012. Eis os cursos em avaliação:

- Curso de Licenciatura
- Curso de Mestrado em Ciências Jurídico Forenses
- Curso de Mestrado em Direito Administrativo
- Curso de Mestrado em Direito e Economia
- Curso de Mestrado em Direito Administrativo
- Curso de Mestrado em Direito Internacional e Relações Internacionais
- Curso de Doutoramento

5. Sobre a evolução do número de Alunos inscritos:

a) Licenciatura

No ano letivo 2013-2014 o número de Alunos inscritos no Curso de Licenciatura aumentou cerca de 2% relativamente ao ano letivo anterior, estabelecendo o número mais elevado do quinquénio. Com efeito, depois de uma redução de 73 Alunos de 2010-2011 para 2011-2012, em 2012-2013 verificou-se um aumento de 90 Alunos e em 2013-2014 um aumento de 57 Alunos relativamente ao ano anterior, respetivamente.

Quanto ao *numerus clausus* a Faculdade manteve o *numerus clausus* em 630 nos cursos de licenciatura. Contudo, o número de vagas foi distribuído de forma diferente entre o curso diurno (480 vagas tendo no ano anterior esse número sido de 450 vagas) e o curso pós-laboral (150 vagas, tendo no anterior esse número sido de 180 vagas). Esta alteração contribui para uma redistribuição do número de Alunos entre o curso diurno e o curso pós-laboral. No primeiro verificou-se um aumento de 7% do número de Alunos e no segundo uma redução de 6%.

O número total de Alunos inscritos no 1.º ano pela 1.ª vez foi de 679, mais 5 Alunos do que no ano anterior.

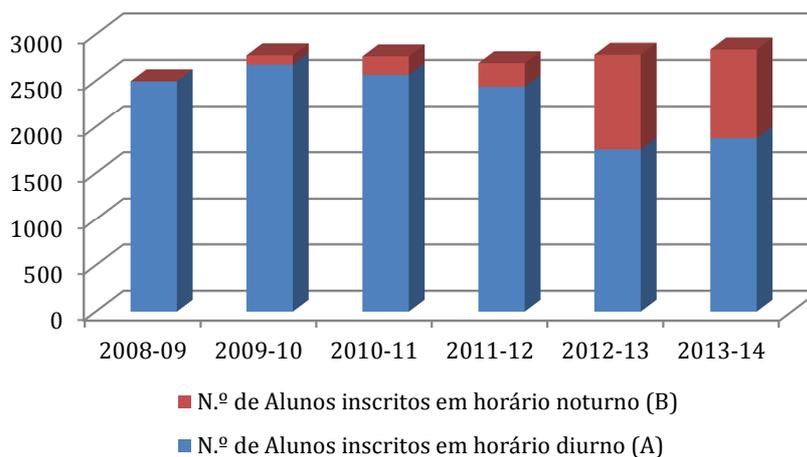
Dos 531 Alunos que ingressaram na Faculdade através do curso diurno, 449 vieram pelo concurso geral, tendo ficado apenas uma vaga aquém do *numerus clausus* definidos para esse curso. Os restantes 82 ingressaram através dos concursos especiais (maiores de 23 anos, reingressos, transferências, mudanças de cursos).

Através do curso noturno, ingressaram no 1.º ano da Faculdade 148 Alunos, a maioria dos quais através do concurso geral e, ainda assim, uma parte significativa através dos concursos especiais. Sublinha-se que das 150 vagas definidas como *numerus clausus* para esse curso, sobejaram 42 vagas que, não tendo sido preenchidas pelo concurso nacional de acesso, 38 vieram a ser utilizadas nos concursos especiais. Sobejaram, pois, no universo de 630 (a que acresceram 126 para os concursos especiais, cifrando-se num total de 759), 4 vagas.

TABELA I - Análise evolutiva do número de Alunos inscritos no Curso de Licenciatura

Alunos 1.º ciclo *	N.º de Alunos inscritos em horário diurno	N.º de Alunos inscritos em horário noturno	Total de n.º de Alunos inscritos em horário diurno + noturno (A+B)	N.º de Alunos inscritos no 1.º ano / 1.ª vez em horário diurno	N.º de Alunos inscritos no 1.º ano / 1.ª vez em horário noturno	Total de n.º de Alunos inscritos no 1.º ano / 1.ª vez (C+D)
	(A)	(B)		(C)	(D)	(C+D)
2008-09	2496	0	2496	598	0	598
2009-10	2675	100	2775	528	100	628
2010-11	2566	198	2764	562	124	686
2011-12	2438	253	2691	504	94	598
2012-13	1755	1026	2781	522	152	674
2013-14	1877	961	2838	531	148	679

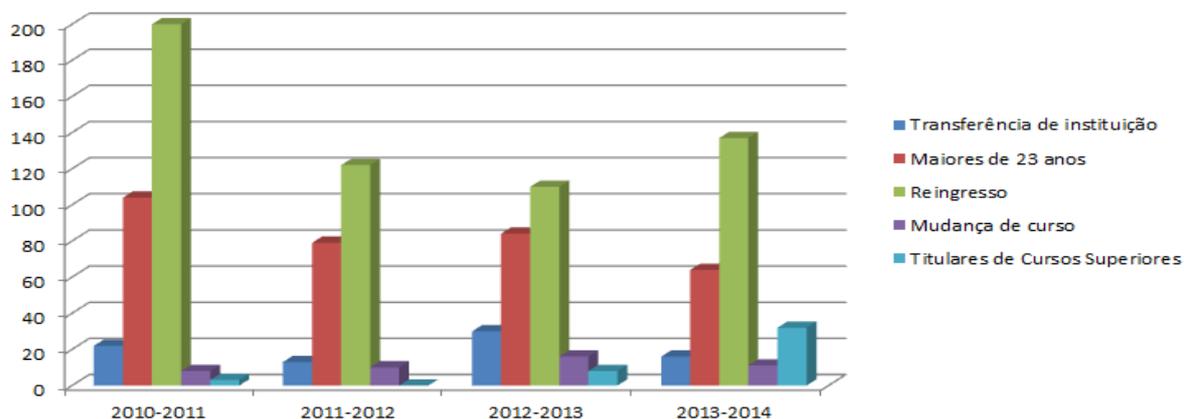
* UN: Dados RAIDES, não contemplam alunos Erasmus e em Regime Livre



Por seu turno, também nos concursos especiais de acesso, verificou-se um aumento do número de admissões relativamente a 2012-2013, à custa dos contingentes “reingresso” e “titulares de cursos superiores”, tendo todas as outras modalidades registado reduções, conforme tabela II.

TABELA II - Análise evolutiva da admissão de Alunos de Licenciatura através de concursos especiais de acesso

Admissão de alunos	2010-2011	2011-2012	2012-2013	2013-2014
Ano				
Transferência de instituição	22	13	30	16
Maiores de 23 anos	104	79	84	64
Reingresso	200	122	110	137
Mudança de curso	8	10	16	11
Titulares de Cursos Superiores	3	0	8	32
Total	337	224	248	260



b) Mestrados

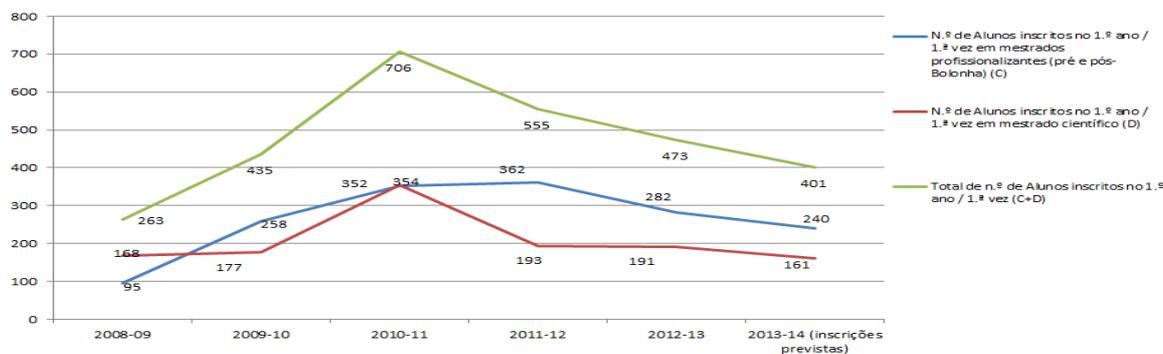
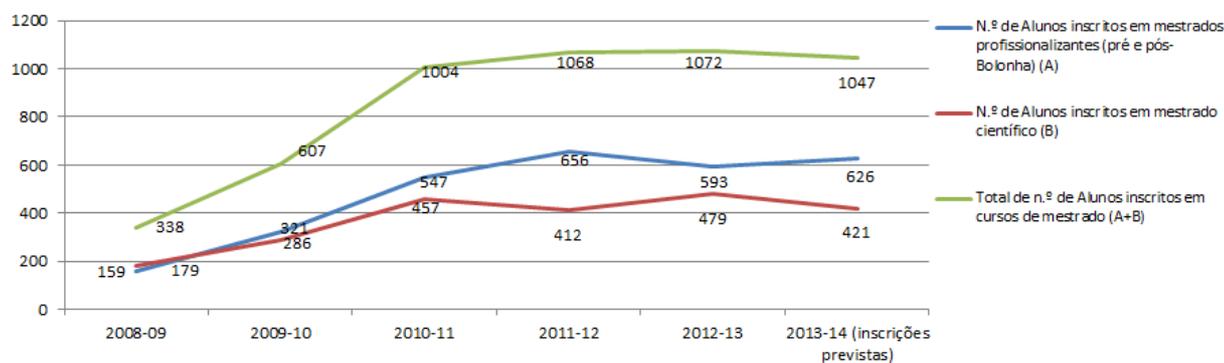
A oferta de cursos de mestrado manteve-se diversificada, com duas tipologias de cursos – mestrado científico e mestrado profissionalizante. No curso de mestrado científico existem mais de duas dezenas de áreas de especialização com cerca de meia centena de disciplinas optativas. No mestrado profissionalizante existem seis cursos sobre outras tantas áreas jurídicas, com múltiplas opções. A parte do curso de especialização do curso de mestrado profissionalizante pode ser abreviada e ter a duração de um só semestre para candidatos que tenham concluído a licenciatura com a duração de cinco anos curriculares.

Nos últimos cinco anos verificou-se uma tendência geral de aumento do número de Alunos inscritos nos cursos de mestrado, com um crescimento global mais pronunciado no mestrado profissionalizante.

TABELA III - Análise evolutiva do número de Alunos inscritos nos Cursos de Mestrado (dados 2013-2014 de 07.03.2014)

Alunos 2.º ciclo	N.º de Alunos inscritos em mestrados profissionalizantes (pré e pós-Bolonha) (A)	N.º de Alunos inscritos em mestrado científico (B)	Total de n.º de Alunos inscritos em cursos de mestrado (A+B)	N.º de Alunos inscritos no 1.º ano / 1.ª vez em mestrados profissionalizantes (pré e pós-Bolonha) (C)	N.º de Alunos inscritos no 1.º ano / 1.ª vez em mestrado científico (D)	Total de n.º de Alunos inscritos no 1.º ano / 1.ª vez (C+D)
2008-09	159	179	338	95	168	263
2009-10	321	286	607	258	177	435
2010-11	547	457	1004	352	354	706
2011-12	656	412	1068	362	193	555
2012-13	593	479	1072	282	191	473
2013-14	626	252*	878*	240	161	401
2013-14 (inscrições previstas)	626	421	1047	240	161	401

(* Poderão ainda proceder à inscrição, no ano letivo 2013-2014, no 2.º ano (fase da dissertação), 169 Alunos, quando o prazo for estabelecido para o efeito.



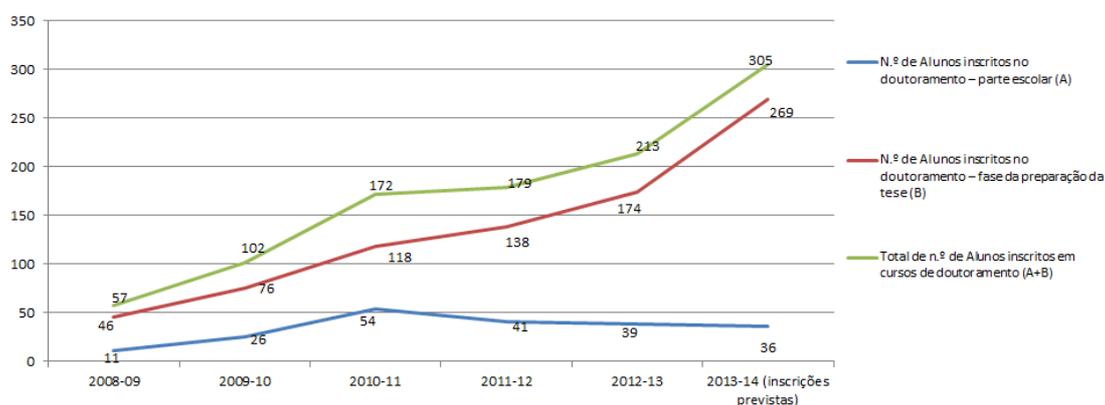
c) Doutoramentos

Nos últimos cinco anos verificou-se uma tendência constante de aumento do número de Alunos inscritos no curso de doutoramento, tendo quadruplicado. No último ano, o número de Alunos inscritos na parte escolar do curso de doutoramento manteve-se praticamente inalterada, com uma redução de 0,5%. Por outro lado, o número de Alunos inscritos na fase da preparação da tese de doutoramento teve um crescimento significativo, na ordem dos 30%.

TABELA IV - Análise evolutiva do número de Alunos inscritos no Curso de Doutoramento (dados 2013-2014 de 07.03.2014)

Alunos 3.º ciclo	N.º de Alunos inscritos no doutoramento - parte escolar (A)	N.º de Alunos inscritos no doutoramento - fase da preparação da tese (B)	Total de n.º de Alunos inscritos em cursos de doutoramento (A+B)
2008-09	11	46	57
2009-10	26	76	102
2010-11	54	118	172
2011-12	41	138	179
2012-13	39	174	213
2013-14	36	245*	281*
2013-14 (inscrições previstas)	36	269	305

(*) Poderão ainda proceder à inscrição, no ano letivo 2013-2014, no 2.º ano (fase da tese), 24 Alunos, quando o prazo for estabelecido para o efeito.



Dos Alunos inscritos nos Cursos de Doutoramento em Direito nos últimos dois anos letivos, a sua distribuição por especialidade teve comportamentos diversos, embora a Especialidade em Ciências Jurídico-Políticas tenha registado, até 2012-2013, o maior número de inscrições, sendo a única a registar um número de inscrições na parte escolar do curso de dois dígitos. Contudo, em 2013-2014, houve, em geral, maior homogeneidade na distribuição de novos Alunos de Doutoramento pelas Especialidades, destacando-se Ciências Jurídico-Criminais (8 alunos) e Ciências Jurídico-Económicas e Jurídico-Políticas (7 Alunos cada).

d) Total de Alunos inscritos

Entre o ano letivo 2011-2012 e 2012-2013 registou-se um aumento de 128 Alunos inscritos na Faculdade, repartidos por todos os ciclos de estudos. O aumento absoluto mais elevado foi no curso de licenciatura – que registou mais 90 Alunos inscritos do que no ano anterior – e relativo foi no curso de doutoramento – com mais 20% de Alunos que no período homólogo anterior. Entre o ano letivo 2012-2013 e 2013-2014 verificou-se uma redução de 69 Alunos, tendo-se registado um aumento significativo no Doutoramento. Contudo, se se tiver em consideração as muito prováveis inscrições, ainda no âmbito do ano letivo 2013-2014, nas fases da dissertação/tese dos cursos de mestrado científico e de doutoramento, o aumento geral de Alunos inscritos cifrar-se-á em 124. Com este enfoque, o aumento relativo mais elevado – e também absoluto – será no curso de doutoramento – com uma expectativa de mais 92 Alunos, cerca de 37%, face ao ano anterior. Nos cursos de mestrado registrar-se-á uma redução de 25 Alunos, o que é parcialmente explicado pelo maior número de graus de mestre concedidos, que sofreu um aumento de cerca de 120%, com mais 122 provas finais de mestrado concluídas com sucesso do que no ano anterior.

TABELA VI - Análise evolutiva do número total de Alunos inscritos no 1º, 2º e 3º ciclos (dados 2013-2014 verificados no dia 7 de março de 2014)

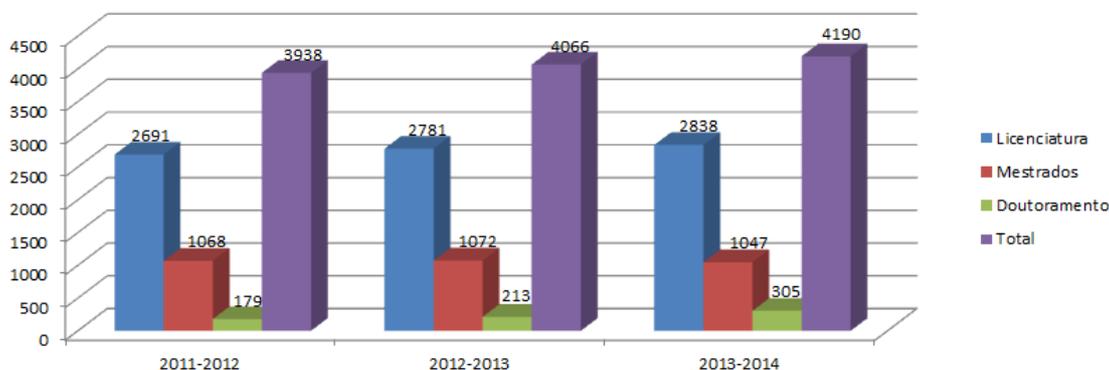
Cursos	Número de Alunos 2011-2012	Número de Alunos 2012-2013	Número de Alunos 2013-2014
Licenciatura	2691	2781	2838*
Mestrados	1068	1072	878 (1047**)
Doutoramento	179	213	281 (305***)
Total	3938	4066	3997 (4190****)

(*) A este número acrescem 238 Alunos Erasmus ou em Regime Livre.

(**) Incluindo os 169 Alunos cujo prazo de inscrição 2013-2014 abrirá em abril de 2014.

(***)Incluindo os 24 Alunos cujo prazo de inscrição 2013-2014 abrirá em abril de 2014.

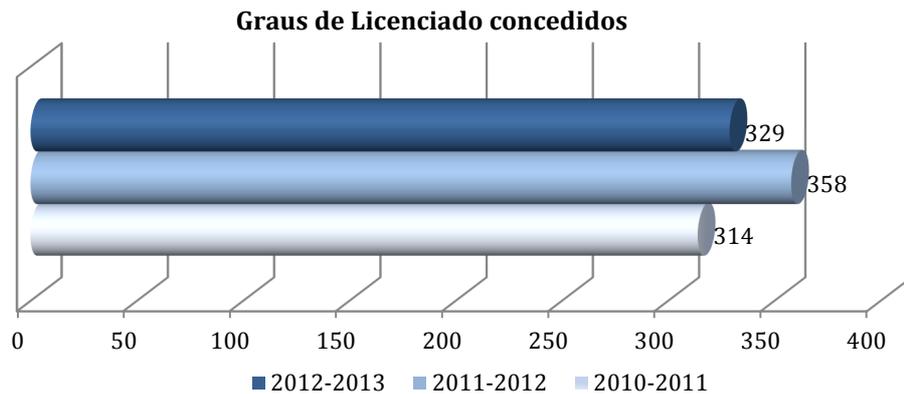
(****) Número total de Alunos, caso as muito prováveis inscrições referidas nas notas anteriores se verifiquem.



6. Sobre a evolução do número de Alunos diplomados

a) Licenciados

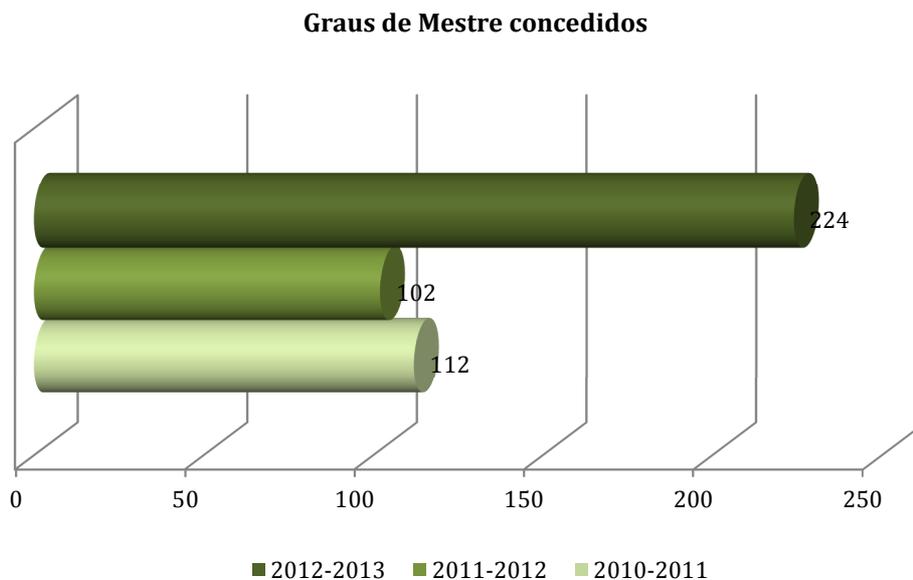
No ano letivo 2012-2013, obtiveram o grau de licenciado 329 Alunos, o que corresponde a um decréscimo de 8% de Alunos que concluíram a licenciatura, face aos 358 novos diplomados em 2011-2012.



b) Mestres

No ano letivo 2011-2012 concluíram o grau de mestre 102 Alunos.

No ano letivo 2012-2013 e até 31 de dezembro de 2013, verificou-se um aumento superior a 100% dos graus de mestre concedidos, com um total de 224 novos diplomados, tendo superado o número de graus de mestre concedidos no biénio letivo 2011-2012 e 2012-2013.

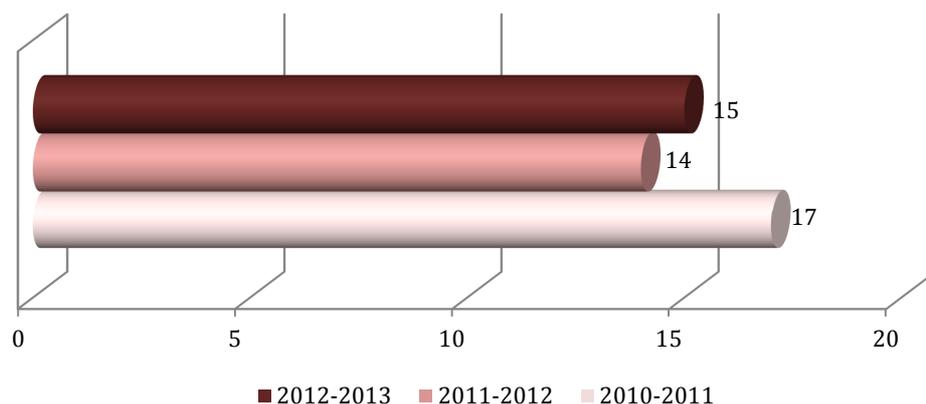


c) Doutores

No ano letivo 2011-2012 concluíram o grau de doutor 14 Alunos.

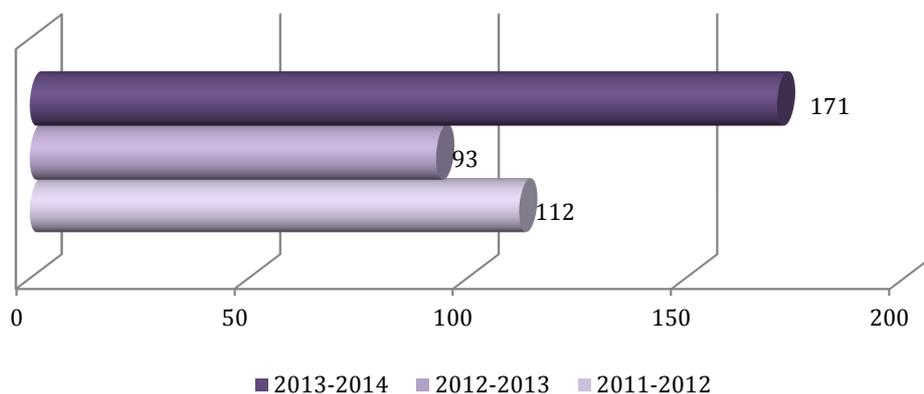
No ano letivo 2012-2013 e até 31 de dezembro de 2013, verificou-se um aumento de 7% dos graus de doutor concedidos, com um total de 15 novos diplomados.

Graus de Doutor concedidos



7. Desistências /Anulação de matrícula

O número de desistências verificadas por via da apresentação de requerimento de anulação da matrícula, nos termos do Regulamento de Propinas da Universidade de Lisboa foi de 122 em 2011-2012 e de 93 no ano letivo 2012-2013. No ano letivo 2013-2014 o número de pedidos de anulação de inscrição cifrou-se em 171, o que corresponde a um aumento de 58% relativamente à média dos dois anos letivos anteriores.



8. Incumprimento de propinas

De acordo com a informação disponibilizada cerca de 29% dos alunos inscritos nos 3 ciclos de estudo tem a última prestação de propina vencida em fevereiro em atraso, a que corresponde a um total de 399.704,31. Verifica-se uma redução de 4% relativamente ao período homólogo do ano letivo anterior, a que não será alheia a circunstância de no

presente ano letivo se ter estabelecido, *ab initio*, o pagamento da propina anual em nove prestações, ao invés de três, como estava previsto no ano letivo anterior.

TABELA VIII - Incumprimento do pagamento de propinas no ano letivo 2013-2014 (Propina em atraso até 07.03.2014)

Ciclo/tipo/curso	Total de alunos	Alunos com propinas vencidas não pagas	Valor total em dívida (€)
Licenciatura	3076	989	311.448,88
Mestrado Profissionalizante	625	183	58.713,68
Mestrado Científico	247	61	24.447,25
Doutoramento	268	9	5.094,50
Total	4216	1242	399.704,31

9. Mobilidade de Estudantes

A Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa dispõe de programas de Intercâmbio de Estudantes tendo para o efeito celebrado protocolos com diversas universidades.

A nível nacional a FDUL oferece a possibilidade de intercâmbio através do programa Almeida Garrett, tendo este contemplado um aluno da Universidade de Coimbra. A nível internacional as opções existentes consistem no Programa Erasmus e Outros Intercâmbios. No âmbito do programa Erasmus, no ano letivo 2012-2013 a FDUL recebeu 124 alunos, 32 dos quais frequentaram o 2.º ciclo. Dos 51 alunos Erasmus recebidos destaca-se como país de origem a Espanha (15 alunos), a Itália (9 alunos) e a Alemanha (6 alunos).

O país de destino que recebeu mais alunos da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa foi a Itália e Espanha, com 10 alunos cada.

TABELA IX - Análise do número de alunos em mobilidade nos últimos 2 anos letivos

Alunos Erasmus	N.º de Alunos in coming			N.º de Alunos out going		
	2011-2012	2012-2013	2013-2014	2011-2012	2012-2013	2013-2014
Erasmus	42	51	96	48	41	35
Intercâmbio Brasil	39	69	63	13	25	19
Outros	1	4	11	2	6	8
Total	82	124	180	63	72	62

Comparativamente ao ano letivo anterior verifica-se um aumento no número de alunos que realizaram um intercâmbio através da FDUL, quer como Universidade de acolhimento quer como Universidade-ponte ao Exterior.

10. Cooperação

A Faculdade de Direito, através do Instituto de Cooperação Jurídica (ICJ/FDUL), promove, há cerca de 20 anos, apoios à formação em outros países de expressão Portuguesa. Neste âmbito, em 2013 o apoio institucional da faculdade atingiu os 1183 alunos, dos quais 492 em cursos de licenciatura, 216 em cursos de mestrado, 20 em cursos de doutoramento, 259 em cursos de pós-graduações e 196 em Outros Cursos, Colóquios, Seminários e Iniciativas Análogas.

Para apoio destas formações em 2013 participaram na docência dos diversos cursos acima referidos cerca de 42 docentes, 34 desta faculdade e 8 docentes estrangeiros. Para além disso colaboram nestas atividades 2 técnicos superiores não docentes, um no Instituto de Cooperação Jurídica, nesta faculdade, e outro na Faculdade de Direito de Bissau, sendo ambos os encargos suportados pela FDUL.

Os países onde se registou um maior número de alunos beneficiários foram a Guiné-Bissau e Moçambique, com 536 e 332 beneficiários, respetivamente, países estes que têm apoio financeiro do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I. P.. Cabo Verde e Angola também registaram um número significativo de beneficiários, com cerca de uma centena de beneficiários em cada país, como se pode verificar na tabela seguinte:

TABELA X - Análise do número de alunos beneficiários da lecionação por docentes da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, ou por docentes por estes coordenados, no âmbito da Cooperação Jurídica nos últimos 2 anos

Países	Licenciatura	Mestrado	Pós-graduações	Doutoramento	Outros Cursos, Colóquios, Seminários e Iniciativas Análogas	Total 2013	Total 2012
Angola	-	34	79	-	-	113	177
Cabo Verde	-	24	107	-	-	131	74
China/Macau	-	-	-	4	-	4	20
Guiné-Bissau	332	-	-	-	-	332	448
Índia/Goa	-	-	45	-	-	45	34
Moçambique	160	136	28	16	196	536	497
Timor	-	22	-	-	-	22	232
Total	492	216	259	20	196	1183	1482

Comparativamente a 2012 verificou-se um decréscimo de cerca de 20% no número de alunos beneficiários.

Verificou-se também um decréscimo nos subsídios concedidos pelo Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I. P.. Este tema será objeto de análise no ponto 4 do Grupo III - Núcleo de Gestão financeira e património

III – NÚCLEO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

O Núcleo de Gestão de Recursos Humanos, composto por três trabalhadores, é responsável pelo registo e controlo da vida funcional de 191 docentes e de 53 trabalhadores não docentes sendo as suas principais atividades constituídas por tarefas quotidianas de gerenciamento do fluxo documental e burocrático inerentes aos seguintes processos: Controlo de assiduidade, acumulação de funções docentes com outras entidades públicas e privadas, gestão dos contratos de trabalho, como, a prorrogação, renovação e alterações contratuais, dispensas de serviço docente e licenças sabáticas, Reportes à Reitoria da Universidade de Lisboa no âmbito do processamento de vencimentos, reportes às entidades oficiais decorrentes de obrigações declarativas, gestão de ausências dos trabalhadores não docentes, como o agendamento de férias, faltas e licenças, elaboração de dados estatísticos (Rebides, Indez, Balanço Social, SIOE, entre outros), apoio aos concursos de pessoal não docente, resposta a questões quotidianas sobre direitos e deveres dos trabalhadores.

O ano de 2013 caracterizou-se pela procura de linhas orientadoras, objetivos claros e ajustamento da calendarização, de modo a melhorar a resposta do Núcleo às tarefas que lhe estão atribuídas pelo Regulamento dos Serviços Administrativos.

Caracterizou-se também pelas constantes alterações a nível legislativo na área de recursos humanos, tais como alterações remuneratórias (vencimentos, descontos, regime de aposentação, entre outros). Estas exigiram um contínuo reajustamento nos programas informáticos gerando maiores dificuldades na elaboração e conferência de remunerações, entre outras, o que resultou numa menor disponibilidade para a concretização das tarefas que se tinha proposto concluir em 2013.

O ano de 2013 foi também o ano da consolidação da partilha dos vencimentos com os SPUL. Esta colaboração foi profícua embora necessite de alguns ajustes para que esta colaboração seja de facto eficaz e eficiente.

Serão abordadas no presente capítulo as principais ocorrências no ano de 2013, tendo-se subdividido as mesmas em dois grupos: Pessoal Docente e Pessoal não Docente.

1. Evolução dos Recursos Humanos

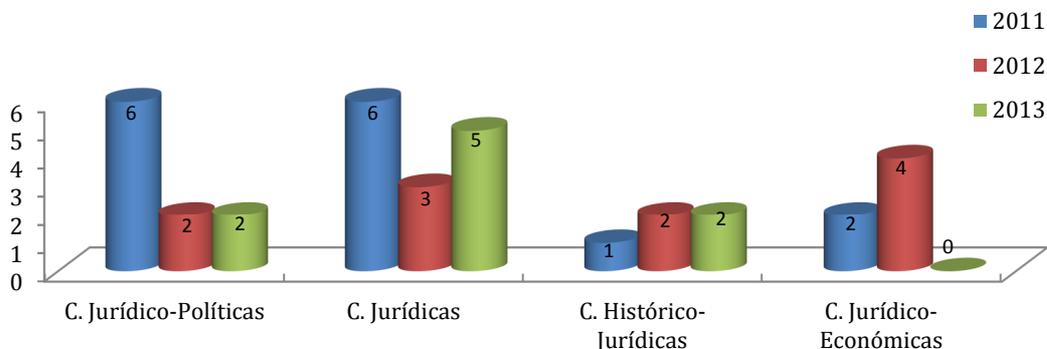
a) Pessoal Docente

Este Grupo de Pessoal tem vindo a ser sustentado por uma estratégia institucional de qualificação, apostando na melhoria da qualidade do ensino superior universitário.

Tendo esse objetivo em vista, durante o ano de 2013, a FDUL manteve a estratégia de aumentar o número de docentes habilitados com o grau de doutor, tendo como principal preocupação satisfazer os requisitos estabelecidos no artigo 47º do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (Lei n.º 62/2007 de 10 de Setembro), ou seja, dispor, no conjunto dos seus docentes e investigadores um rácio de, no mínimo, 1 doutor por cada 30 alunos. De acordo com esta norma a FDUL deveria dispor atualmente de 132 doutores para os cerca de 3.968 alunos, no entanto, a 31 de Dezembro de 2013 dispunha de 95 doutores, o que significa que apesar dos esforços realizados no aumento da qualificação do seu corpo docente ainda se encontra aquém dos requisitos estabelecidos.

Em 2013, no âmbito da qualificação do seu corpo docente, a FDUL realizou 9 provas de doutoramento, que se traduziram em mais 9 doutores de direito sendo que 8 dos docentes que realizaram as provas de doutoramento são docentes da FDUL e passaram a integrar a categoria de Professor Auxiliar.

O gráfico seguinte demonstra o número de doutoramentos realizados por grupo científico e a respetiva evolução no período compreendido entre 2011 e 2013:



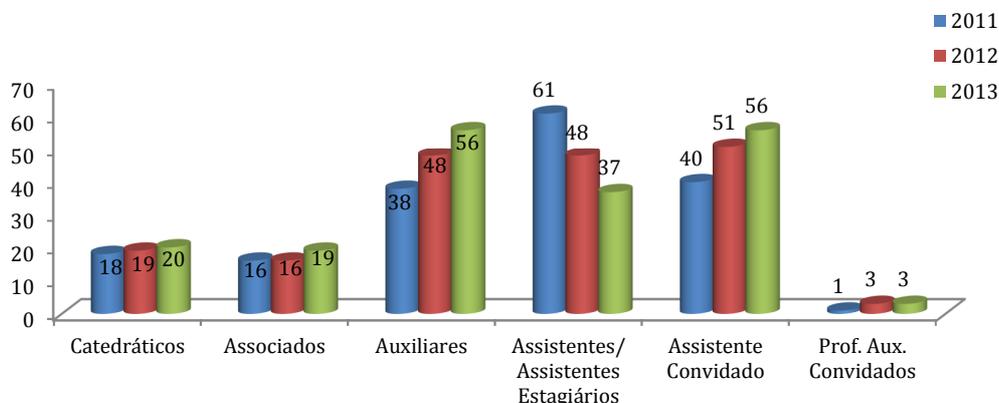
Ainda no âmbito da qualificação do corpo docente da FDUL, e por forma a cumprir o disposto no artigo 84º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro e posteriores alterações, que estabelece que o conjunto dos professores catedráticos e dos professores associados deve representar entre 50% e 70% do total dos professores de carreira, a FDUL procedeu, após deliberação do Conselho Científico, à abertura de concursos para provimento dos seguintes lugares do mapa de pessoal: 1 para Professor Catedrático e 2 para Professor Associado do Grupo de Ciências Jurídicas; 2 para Professor Catedrático e 4 para Professor Associado do Grupo de Ciências Jurídico-Políticas e 2 para Professor Associado do Grupo de Ciências Jurídico-Económicas. Destes ficaram concluídos, em 2013, todos os concursos abertos para o Grupo de Ciências Jurídicas e para o Grupo de Ciências Jurídico-Económicas.

Apesar deste empreendimento o número de professores catedráticos e associados, a 31 de Dezembro de 2013, representa 41% do total dos professores de carreira, ou seja, para atingir o estabelecido é necessário proceder à abertura de novos concursos para Professores Catedráticos e Associados, no entanto, o ano de 2013 aproximou-nos desse objetivo, conforme demonstrado na tabela e gráfico seguintes.

A tabela apresenta a distribuição do corpo docente por categoria profissional entre 2011 e 2013

Categoria Profissional	Ano	2011	2012	2013
Catedráticos		18	19	20
Associados		16	16	19
Auxiliar		38	48	56
Assistentes/Assist. estagiários		61	48	37
Assistentes Convidado		40	51	56
Prof. Aux. Convidados		1	3	3
TOTAL		174	185 (149,70 ETI)	191 (155,6 ETI)

O gráfico demonstra a evolução da distribuição do pessoal docente por categoria profissional entre 2011 e 2013:



O corpo docente da FDUL, a 31.12.2013, é assim composto no total por 191 docentes, o que corresponde a 155,6 docentes a tempo integral. Destes, 95 são docentes de carreira, os restantes 96 pertencem à categoria de pessoal especialmente contratado. Releva-se que a percentagem de doutores face ao número de docentes, em tempo integral é de 61%.

O corpo docente manteve-se estável, nos últimos três anos, sendo que as variações mais significativas registam-se na qualificação do mesmo o que se traduz num aumento de Professores Auxiliares por contrapartida do decréscimo de Professores Assistentes.

Registou-se um ligeiro aumento na contratação de Professores assistentes convidados essencialmente para suprir as dispensas de serviço docente autorizadas nos últimos anos para a realização de doutoramentos. Para completar a análise que se tem vindo a efetuar apresenta-se a tabela seguinte que mostra a repartição do corpo docente por categoria profissional e por grupo científico, no período compreendido entre 2011 e 2013:

Categoria Profissional	C. POLÍTICAS			C. JURÍDICAS			C. H.JURÍDICAS			C. J.ECONÓMICAS			TOTAL			
	2	0	1	2	0	1	2	0	1	2	0	1	2	0	1	2
Grupo Científico	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3	3
Catedráticos (*)	3	4	4	10	10	11	3	3	3	2	2	2	18	19	20	20
Associados (**)	6	6	6	7	7	8	1	1	1	2	2	4	16	16	19	19
Auxiliar (***)	14	16	19	12	14	18	3	5	8	9	13	11	38	48	56	56
Assistentes/Assist. Estagiários	12	11	7	34	31	26	5	3	1	10	3	3	61	48	37	37
Assistentes Convidado	11	14	17	19	21	22	6	8	8	4	8	9	40	51	56	56
Prof. Aux. Convidados	1	2	1	0	0	1	0	0	0	0	1	1	1	3	3	3
TOTAL	47	53	54	82	83	86	18	20	21	27	29	30	174	185	191	191

Dos dados apresentados na tabela supra, salienta-se que:

(*) Inclui 1 catedrático com funções suspensas por ser diretor do CEJ – Prof. António Barbas Homem;

(**) Inclui 2 associados com funções suspensas por serem juiz do Tribunal Constitucional – Prof^ª M^a José Mesquita e Prof^ª Ana Guerra Martins, e inclui um professor associado com funções suspensas por ser diretor na Autoridade da Concorrência – Paulo Sousa Mendes;

(***) Inclui 1 professor auxiliar com funções suspensas por ser diretora-geral do Gabinete de Política de Justiça – Prof. Susana Branco, e inclui um professor auxiliar com funções suspensas por exercer as funções de Presidente da Entidade das Contas e Financiamento do Tribunal Constitucional – Prof^ª Margarida Salema.

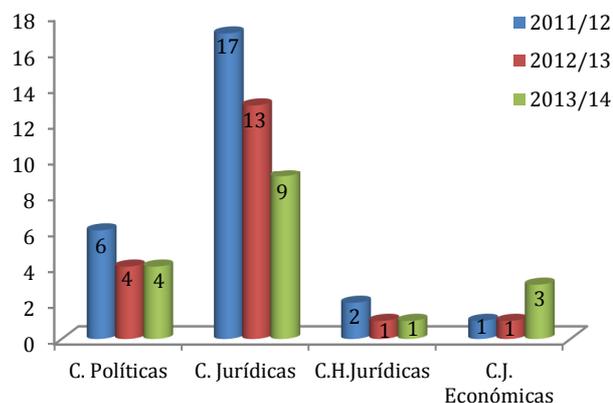
Salienta-se ainda que todos os professores acima referidos têm um contrato em regime de tempo parcial, com exceção dos que exercem funções de juizes do Tribunal Constitucional e de Presidente da Entidade das Contas e Financiamento do Tribunal Constitucional.

No que se refere a dispensas de lecionação, dos 191 docentes foram dispensados de lecionar, no ano letivo de 2013/2014, 17 docentes assistentes para preparação de doutoramento, ao abrigo do artigo 27^º do Estatuto da Carreira Docente Universitária e 8 professores por licença sabática ao abrigo do artigo 77^º do Estatuto da Carreira Docente Universitária.

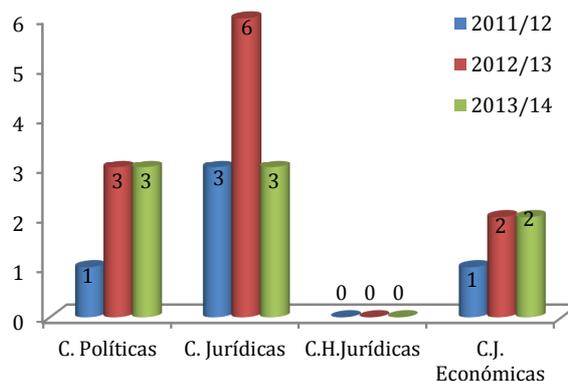
A tabela e os gráficos que se seguem apresentam os dados referentes a dispensas de serviço e licenças sabáticas por grupos científicos e a sua evolução no período compreendido entre 2011 e 2013.

GRUPO CIENTÍFICO	DISPENSAS			LICENÇAS SABÁTICAS		
	2011/2012	2012/13	2013/14	2011/2012	2012/13	2013/14
C.POLÍTICAS	6	4	4	1	3	3
C.JURÍDICAS	17	13	9	3	6	3
C.H.JURIDICAS	2	1	1	0	0	0
C. J.ECONÓMICAS	1	1	3	1	2	2
TOTAL	26	19	17	5	11	8

Dispensas de Serviço Docente 2011-2013



Licenças Sabáticas 2011-2013



b) Pessoal Não Docente

A 31.12.2013 a FDUL contava com 53 colaboradores, dos quais 44 com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, 6 colaboradores com contrato a termo certo celebradas ao abrigo do protocolo com a Organização de Emprego para Deficientes (OED) e 3 bolsas de estágio da Universidade de Lisboa.

Nos últimos anos a Faculdade não registou variações significativas na composição do pessoal não docente, reflexo de uma política restritiva nas contratações. O seguimento desta política acarreta sérias dificuldades ao bom funcionamento dos serviços e no apoio aos órgãos de gestão uma vez que a coloca numa posição de défice de recursos humanos, nomeadamente, de pessoal não docente.

De referir que a Faculdade, a 31 de Dezembro de 2013, conta com 53 trabalhadores para os cerca de 3.968 alunos quando deveria contar com cerca de 100 trabalhadores não docentes. A título de exemplo podemos referir a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa que dispõe de 129 trabalhadores não docentes para cerca de 3.600 alunos ou o ISEG que dispõe de 72 trabalhadores não docentes para cerca de 3.900 alunos.

A composição do pessoal não docente por serviço e categoria a 31.12.2013 era a seguinte:

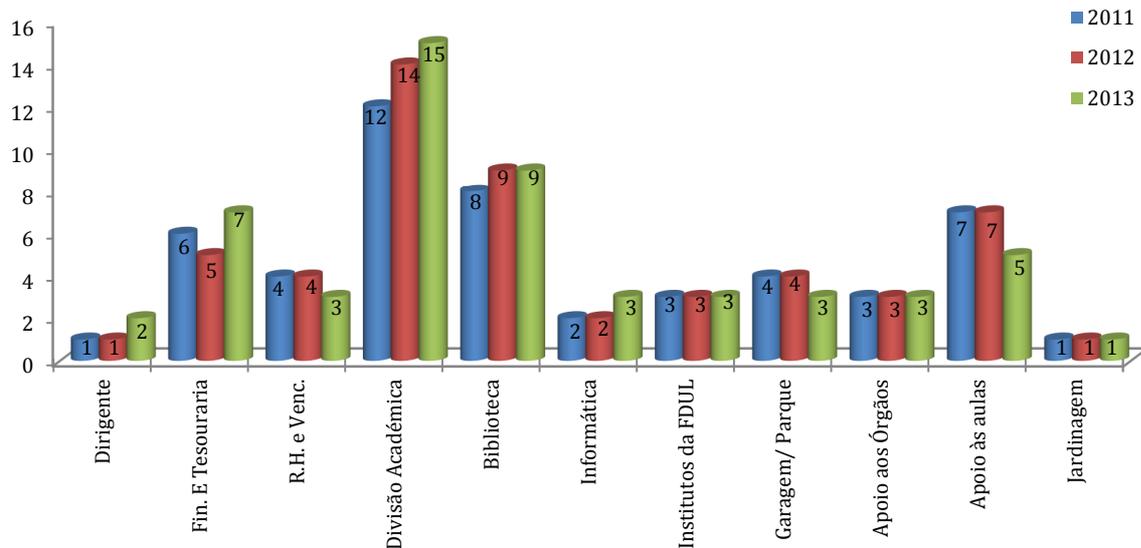
Serviço / Categoria	Assistente Operacional	Assistente Técnico	Técnico Superior	Coordenador Técnico	Técnico Informática	Dirigentes	Subtotal	Estágios PEUL	OED	Total 2013	Total 2012	Total 2011
Dirigente	-	-	-	-	-	1	1	-	-	1	1	1
Fin. E Tesouraria	-	3	3	1	-	-	7	-	-	7	5	6
R.Humanos e Venc.	-	-	1	1	-	1	3	-	-	3	4	4
Divisão Académica	2	6	4	1	-	2	15	-	-	15	14	12
Biblioteca	-	7	1	-	-	-	8	1	-	9	9	8
Informática	-	-	-	-	2	-	2	-	-	2	2	2
Institutos e G.A.Aluno	-	-	2	-	-	-	2	2	-	4	3	3
Garagem/Parque	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3	4	4
Apoio aos Órgãos	-	1	1	-	-	-	2	-	1	3	3	3
Apoio às aulas	4	-	-	-	-	-	4	-	1	5	7	7
Jardinagem	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1
Total	6	17	12	3	2	4	44	3	6	53	53	51

Em 2013, registaram-se no total 7 saídas, das quais 3 por aposentação, nomeadamente dos trabalhadores Joaquim Serrano (Técnico de Informática), Nazaré Reis (assistente técnica afeta à Biblioteca) e Elisa Silva (assistente operacional), 1 por licença sem vencimento, nomeadamente, a trabalhadora Raquel Delgado e 2 estagiários, a saber, Flávio Ribeiro, por denúncia, e Domingos Arouca, que ingressou no mapa de pessoal.

Quanto a entradas de pessoal registaram-se 7, das quais 6 por procedimento concursal, nomeadamente, 2 assistentes técnicas para a Biblioteca, Nádía Lomar e Maria Luísa Lopes, 2 técnicas superiores para os serviços financeiros, Ana Sofia Ramos e Elisa Lima, 2 técnicos

superiores para a Divisão Académica, Domingos Arouca e Paulo Pimenta, e 1 por estágio PEUL para o Gabinete de Apoio ao Aluno, Sara Santos.

O gráfico seguinte apresenta a evolução do Pessoal Não Docente por serviço no período de 2011 a 2013:



Para finalizar refere-se que para o apoio pontual na área da biblioteca, como sejam a arrumação de livros e bengaleiro, foram celebradas Bolsas de Mérito Social da Universidade de Lisboa com alunos desta Faculdade, conforme regulamento aprovado pelo Senado da Universidade de Lisboa em 29 de maio de 2007.

IV – ÁREA FINANCEIRA E PATRIMONIAL

O Núcleo de Gestão Financeira e Patrimonial é responsável pela gestão de recursos financeiros e patrimoniais tendo, para esse efeito, a seu cargo diversas atividades quotidianas. É no decorrer dessas atividades que se baseia o presente relatório económico-financeiro que evidencia o que de mais significativo ocorreu no exercício económico de 2013 assim como o respetivo impacto na situação financeira da FDUL. Salienta-se que a apresentação e análise da informação do presente capítulo será realizada à luz da contabilidade orçamental.

O presente relatório foi elaborado com base nos elementos contabilísticos retirados da aplicação informática em uso (Aplicação Oracle). Para melhor compreender a situação económica e financeira da Faculdade de Direito, para além da análise ao ano 2013, faz-se a comparação com o ano transato. Salienta-se que a análise realizada

No ano de 2013 as ocorrências que maior impacto tiveram no orçamento da Faculdade foram a reposição dos pagamentos dos subsídios de férias e de natal aos trabalhadores docentes e não docentes da FDUL e o facto desse aumento da despesa de remunerações de pessoal ser apenas reforçado com um aumento da receita do OE correspondente a 50%. Isto porque embora a verba transferida do OE em 2013 (3.810.983 Euros) tenha sido superior à transferida em 2012 (3.232.396 Euros) em 578.587 Euros, este aumento não corresponde ao aumento real da despesa com pessoal suportada pela Faculdade (cerca de 1.000.0000 Euros), decorrentes da reposição dos dois subsídios.

Em 2013 registou-se um aumento significativo da receita própria, proveniente sobretudo de propinas, isto porque adotámos um sistema de cobrança de propinas mensal, ao contrário do praticado no ano letivo 2012/2013 em que a cobrança da mesma era trimestral. Consequentemente, a 31.12.2013 o valor cobrado é maior, quando comparado com o ano transato, além de que a taxa de incumprimento também diminuiu face à política adotada. Acresce a política de recuperação de propinas, que se traduziu no envio de cartas a todos os alunos com propinas em atraso, situação que permitiu recuperar algumas dívidas.

Outro dado importante foi o estabelecimento da cobrança de taxa de matrícula nos cursos do 2º e 3º Ciclos, situação que levou a que a receita arrecada em taxas passasse de cerca de 40 mil euros em 2012 para cerca de 365 mil euros em 2013. As políticas adotadas tiveram como objetivo a adaptação face às atuais exigências.

Por último, assinalamos que em 2013 as despesas de capital registaram um aumento muito significativo resultantes da decisão de investir na conservação e manutenção dos edifícios já existentes e na elaboração do projeto de arquitetura para alargamento da biblioteca.

De seguida vamos detalhar o desenvolvimento do orçamento da Faculdade.

1. Receita

Em 2013, a Faculdade dispôs de um orçamento total de 9.065.990,65€ (não incluindo saldos de gerência anterior) para o desenvolvimento e concretização das suas atividades de ensino e cooperação à comunidade entre outros.

O quadro seguinte mostra a distribuição global da receita da FDUL em 2013 e em 2012:

ORÇAMENTO DA RECEITA				2013	2012
Programa /Medida	FF	Classificação Económica		Montante	Montante
013/018	311	06 03 01	Estado	3.810.983,00€	3.232.396,00€
			TOTAL FF 311	3.810.983,00€	3.232.396,00€
013/018	319	06 03 01	Estado – Camões Instituto da Cooperação e da língua	-	59.827,50€
		06 03 07	Serviços e Fundos Autónomos - Camões Instituto da Cooperação e da língua e F.C.T.	266.812,03€	37.663,66€
			TOTAL FF 319	266.812,03€	97.491,16€
013/018	480	06 03 07	Serviços e Fundos Autónomos	9.000,00€	-
013/018	480	06 09 01	União Europeia	37.802,00€	-
			TOTAL FF 480	46.802,00€	-
013/018	510	04 01 22	Propinas	4.209.364,84€	3.903.081,53€
013/018	510	04 01 99	Taxas diversas	365.200,03€	40.407,80€
013/018	510	04 02 01	Juros de mora	11.763,93€	9.213,66€
013/018	510	05 02 01	Juros – Sociedades Financeiras » Bancos e outras instituições financeiras	24.583,47€	26.905,02€
013/018	510	05 03 01	Juros – Administrações Públicas» Administração centrais - Estado	23.623,61€	48.305,91€
013/018	510	06 01 02	Sociedades e quase-sociedades não financeiras » Privadas	19.000,00€	1.000,00€
013/018	510	06 02 01	Sociedades financeiras » Bancos e outras instituições financeiras	81.000,00€	78.375,00€
013/018	510	06 07 01	Instituições sem fins lucrativos	12.022,79€	59.636,00€
013/018	510	07 01 01	Material de escritório	249,20€	-
013/018	510	07 01 01	Publicações e impressos	63.148,15€	-
013/018	510	07 01 99	Outros	948,50€	316,00€
013/018	510	07 02 01	Aluguer de espaços e equipamentos	54.605,08€	85.223,41€
013/018	510	07 02 08	Serv sociais, recreativos, culturais e desporto	1.775,84€	-
013/018	510	07 02 99	Outros	73.595,87€	246.818,19€
013/018	510	15 01 01	Reposições não abatidas nos pagamentos	512,31€	5.727,23€
			TOTAL FF 510	4.941.393,62€	4.505.009,75€

013	540	06 03 07	Serviços e fundos autónomos	-	5.400,00€
			TOTAL FF 540	-	5.400,00€
			TOTAL RECEITA	9.065.990,65€	7.840.296,91€

O aumento da receita global de 2012 (7.840.296,91€) para 2013 (9.065.990,65€) no valor de 1.225.693,74€ deve-se aos seguintes fatores:

- Aumento nas verbas transferidas do O.E., no valor de 578.587€;
- Aumento nas transferências correntes de Serviços e Fundos Autónomos Nacionais (Fundação da Ciência e Tecnologia/Reitoria da Universidade de Lisboa /Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, no valor de 169.321€;
- Entradas de fundos provenientes de Serviços e Fundos Autónomos e da União Europeia, no valor de 46,802€;
- Aumento nas receitas próprias, no valor de 436.383,87€.

Uma análise mais aprofundada revela que:

- O aumento das verbas transferidas do OE (578.587€) não se revelou suficiente para fazer face ao aumento dos encargos com o pessoal decorrentes da reposição do pagamento do subsídio de férias e de natal (cerca de 1.000.000€), tendo a faculdade que suportar a diferença através de receitas próprias, sobretudo propinas. Na prática, a contribuição do Orçamento de Estado na Faculdade diminuiu, mantendo-se em 2013 a tendência verificada nos últimos anos de cortes nas transferências do Estado. Para além disso, o Estado ainda procedeu a cativações nalgumas rubricas de pessoal que se traduziram num corte de 83.577.00€;
- Quanto às verbas transferidas em 2013, pelos serviços e fundos autónomos (Fundação para a Ciência e Tecnologia e Camões-Instituto da Cooperação e da Língua, IP), estas estão empoladas em 107.693,80 € decorrente de duas transferências recebidas em Janeiro de 2013 relativas a acerto de contas de projetos de 2012. Assim sendo, em 2013, tivemos um decréscimo, face a 2012, de 46.066,73€ nas transferências recebidas destes organismos;
- Das entradas de fundos provenientes de Instituições da União Europeia, de salientar a primeira tranche recebida do novo projeto aprovado pela União Europeia no âmbito do *Programa Jean Monnet*, destinado a promover a valorização do Ensino Superior e a investigação científica de alto nível em matéria de integração europeia, agora com o projeto "*Constitutional Law of European Union*";
- O aumento registado nas receitas próprias, essencialmente propinas, no valor de 306.283,31€ decorre como já referimos de uma política de recuperação de dívidas;
- Verifica-se ainda um aumento nos apoios concedidos à FDUL, no valor de 20.625€ e na venda de publicações e impressos, no valor de 63.148,15€. É de salientar o aumento muito significativo da cobrança de taxas de matrícula e de inscrição, no valor de 324.792,30€, cerca de 8 vezes mais face ao ano anterior, devendo-se este acréscimo à aplicação de taxa de matrícula e/ou inscrição para os cursos de mestrado e doutoramento, inexistente até ao início do ano letivo de 2013/2014.

No que se refere ao peso dos recursos disponíveis (Orçamento de Estado, Receitas Próprias e Outras Receitas) na totalidade do orçamento da Faculdade, verifica-se que as transferências provenientes do OE representam, em 2013, 42%, em 2012 representavam 41%. A variação positiva foi insuficiente para compensar a despesa efetiva com a reposição dos subsídios de férias e de natal, tendo a FDUL suportado o restante montante com Receitas Própria, como já acima referido.

A receita de propinas, em 2013, continua a ser a principal fonte de receita própria representando cerca de 85% das receitas próprias arrecadas. De 2012 para 2013 registou-se um aumento de 306.283,31€ cerca de 7% face ao ano anterior.

De referir que a verba transferida pelo Orçamento de Estado, 3.810.983 Euros, é aplicada exclusivamente em despesa com pessoal, sendo que a receita proveniente das transferências do estado cobre apenas 56% dos encargos com as remunerações do pessoal.

2. Despesa

Em 2013 o valor total da despesa foi de 9.376.509,11 €. O quadro seguinte mostra a distribuição da despesa em 2013 e em 2012:

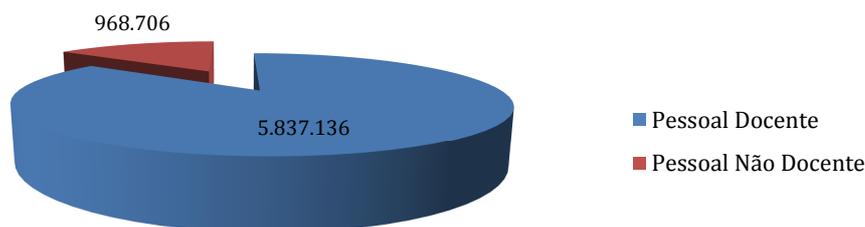
ORÇAMENTO DA DESPESA				2013	2012
Programa/ Medida	Actividade	Classificação Económica		Montante	Montante
013/018	193	01 00 00	Despesas com Pessoal	3.786.219,90€	3.228.997,93€
			TOTAL FF 311	3.786.219,90€	3.228.997,93€
		01 00 00	Despesas com Pessoal	-	87.375,48€
			TOTAL FF 313		87.375,48€
013/018	193	01 00 00	Despesas com Pessoal	78.058,32€	74.112,27€
013/018	193	02 00 00	Aquisição de bens e serviços	88.254,37€	3.102,30€
013/018	193	06 00 00	Outras despesas correntes	147,20€	-
		07 00 00	Aquisição de bens de capital	4636,02€	-
			TOTAL FF 319	171.095,91€	77.214,57€
013/018	193	02 00 00	Aquisição de bens e serviços	29.633,50€	-
			TOTAL FF 461	29.633,50€	-
013/016	202	02 00 00	Aquisição de bens e serviços	22.909,37€	23.057,26€
013/016	202	04 00 00	Transferências correntes	2.450,00€	1.400,00€
013/016	202	06 00 00	Outras despesas correntes	1.809,02€	-
			TOTAL FF 480	27.168,39€	24.457,26€
013/018	193	01 00 00	Despesas com Pessoal	2.094.955,23€	2.037.567,59€
013/018	193	02 00 00	Aquisição de bens e serviços	1.472.800,29€	1.581.335,72€
013/018	193	04 00 00	Transferências correntes	166.323,28€	89.512,50€
013/018	193	06 00 00	Outras despesas correntes	55.118,51€	40.383,16€
013/018	193	07 00 00	Aquisição de bens de capital	723.194,10€	185.816,35€
			TOTAL FF 510	4.512.391,41€	3.934.615,32€
013/018	193	01 00 00	Despesas com Pessoal	850.000,00€	407.669,82€

			TOTAL FF 520	850.000,00€	407.669,82€
			TOTAL DESPESA	9.376.509,11€	7.760.330,38€

Da análise dos últimos dois anos verifica-se um aumento global da despesa em 1.616.178,73 Euros (cerca de 21%) face a 2012. O agrupamento onde se regista um acréscimo maior é o das despesas com pessoal, em que, como referido anteriormente, na sequência da reposição dos subsídios de férias e de natal a faculdade aumentou a despesa com pessoal em 973.510,42€, seguido das despesas de capital, com mais 542.013,77€ do que o valor gasto em 2012. Já as despesas de funcionamento registaram também um aumento embora menos significativo de 100.654,60€. A análise subdividir-se-á nestes 3 agrupamentos.

Assim no que se refere às despesas com pessoal a FDUL registou em 2013 uma despesa total com a massa salarial na ordem dos 6.809.233,51€, destes, 5.461.266,03€ referem-se a Rendimentos Ilíquidos, 153.963,39€ a subsídio de refeição, 824.164,60€ a encargos com a Caixa Geral de Aposentações, 269.121,60€ com a Segurança Social, 97.334,83€ com a ADSE e 3.382,87€ a Indemnização.

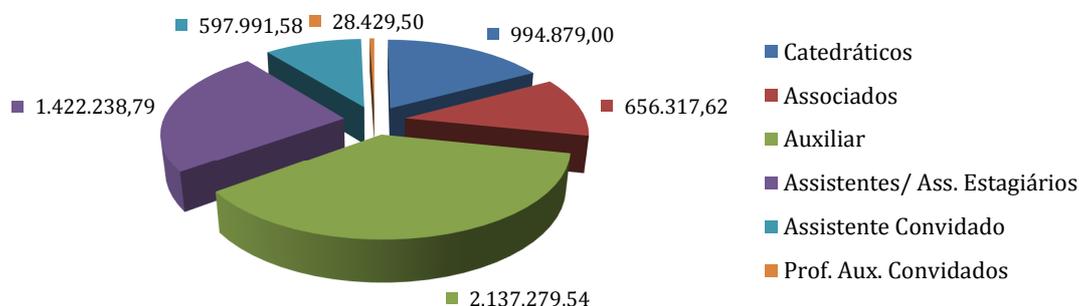
Da despesa total com o pessoal verifica-se que 5.837.136,03€ constituem encargos com o pessoal docente sendo os restantes 968.706,27€ referentes a encargos com o pessoal não docente. A despesa com pessoal docente representa 86% das despesas totais com o pessoal enquanto o pessoal não docente representa 14%, conforme se demonstra no gráfico infra:



Quando analisamos o custo de pessoal por categoria verificamos que gasto maior recai na categoria dos professores auxiliares, seguida dos assistentes, conforme se demonstra no quadro abaixo:

Categoria Profissional	Ano	2013
Catedráticos		994.879,00€
Associados		656.317,62€
Auxiliar		2.137.279,54€
Assistentes/Assist. estagiários		1.422.238,79€
Assistentes Convidado		597.991,58€
Prof. Aux. Convidados		28.429,50€
TOTAL		5.837.136,03€

A distribuição da massa salarial, em 2013, do pessoal docente por categorias tem a seguinte representação gráfica:



Nos termos do artigo 60º da Lei 66-B/2012, de 31 de Dezembro que aprovou o orçamento de estado para 2013, as Instituições de Ensino Superior Publicas não poderiam proceder a contratações de pessoal docente e não docente, se as mesmas implicassem um aumento do valor total das remunerações em relação ao valor referente a 31 de Dezembro de 2012, ajustado pela não suspensão do subsídio de natal em 2013.

No caso da FDUL o valor total das remunerações a 31 de dezembro de 2012 ascendeu a 5.835.723,09€. Se ajustarmos esse valor às regras de 2013, o valor de referência para a despesa máxima de 2013 ascenderá a 6.717.807,55€.

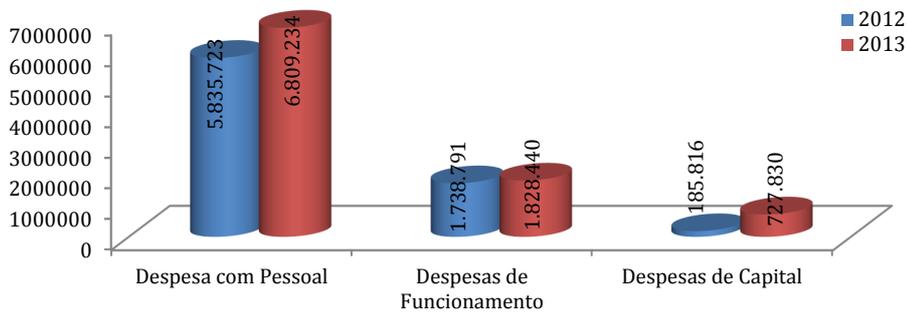
O valor efetivamente gasto em 31.12.2013 foi de 6.809.233,45, ou seja mais 91.425,90€ que o valor gasto em despesas com pessoal em 2012. Essa diferença positiva que poderia levar a pensar que a regra do artº 60º não tinha sido cumprida não se verificou, uma vez que nos termos do nº19 do artigo 35º da Lei 66-B/2012 de 31 de Dezembro os reposicionamentos remuneratórios decorrentes da passagem de assistentes e assistentes convidados para a categoria de professor auxiliar nos termos do Estatuto da Carreira Docente Universitária, foi restabelecida, o que significou um aumento da despesa de pessoal por força de uma norma de exceção prevista no orçamento de Estado. No caso da FDUL tivemos 19 assistentes/assistentes convidados que passaram durante o ano de 2013 para a categoria de professor auxiliar.

Dos 19 docentes, 11 realizaram o doutoramento em 2012, pelo que a partir de 01 de Janeiro de 2013 passaram a ser remunerados como professores auxiliares, o que implicou um impacto na massa salarial de 2013 no valor de 91.962,00€, verba que deveria constituir despesa de 2012.

Os restantes 8 docentes realizaram o doutoramento em 2013 e à medida da data da sua realização passaram a professores auxiliares com a respetiva revalorização, valor que agravou a massa salarial de 2013 em 74.260,00€. Ou seja, por força desta norma a despesa com o pessoal aumentou em 166.222,00€.

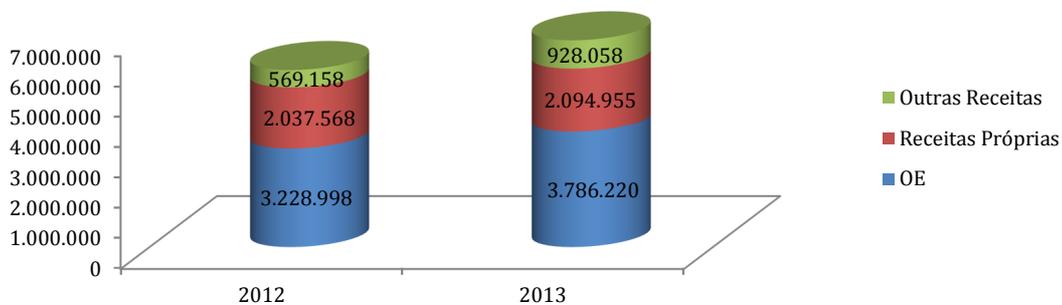
Em conclusão, a Faculdade cumpriu com o estabelecido no artigo 60º da Lei 66-B/2012, de 31 de Dezembro.

Na despesa o agrupamento dos encargos com remunerações com pessoal representa o agrupamento com maior peso. No ano de 2013 as despesas com pessoal cifrou-se em 6.809.233,45Euros, correspondendo a 73% do total da despesa, em 2012 o peso relativo foi de 75% , menos 2% que no ano anterior. Esta situação é aparente uma vez que resulta do aumento muito significativo das despesas de capital decorrente da necessidade de investimento no edifício, como se demonstra no gráfico seguinte:



No que se refere à cobertura de despesas com o pessoal, em 2013, estas foram cobertas, 56% pelo O.E., 31% por Receitas Próprias e em 13% por Outras Receitas. Já em 2012 foram cobertas, 55% pelo O.E., 35% por Receitas Próprias e 10% por Outras Receitas. As verbas provenientes de Outras Receitas dizem respeito a verbas do Instituto de Camões que durante 2012 e 2013 custearam um docente e um secretário a tempo inteiro na Guiné e, ainda, pagamentos pontuais a docentes desta faculdade quando se deslocam a Angola, Moçambique ou Guiné no âmbito dos acordos de cooperação.

A comparticipação das verbas classificadas em Outras Receitas registou um aumento muito significativo face ao ano de 2012, porque parte dos encargos com a Caixa Geral de Aposentações foi paga em 2013, nos termos do despacho autorizador do Secretario de Estado das Finanças, por conta do saldo de gerência de 2012. Caso esta situação não tivesse sido autorizada a Faculdade não poderia ter realizado as despesas de capital, dado que não tinha receita do ano suficiente para cobrir a despesa, conforme se demonstra no gráfico que se segue:



Quanto às despesas de funcionamento registámos, em 2013, um aumento de cerca de 5% face ao ano transato (a mesma variação ocorrida entre 2011 e 2012). Este aumento quando comparado com o ano de 2012, deve-se aos encargos pagos nas rubricas de limpeza e higiene (consumíveis), de serviços bancários e de Estudos/ Pareceres/Projetos e Consultoria.

De salientar que em 2013 foram adotadas medidas com o objetivo de reduzir as despesas correntes da FDUL, uma dessas medidas foi a substituição das atuais lâmpadas por lâmpadas economizadoras de energia e a colocação de sensores de movimentos em diversos locais da FDUL por forma a reduzir os gastos com a energia. Outra das medidas realizadas pela Faculdade foi a renegociação de contratos, nomeadamente com a empresa Securitas - Serviços E Tecnologia Segurança SA, que resultou na redução em cerca de 22% da mensalidade a pagar (tendo passado de 14.080,65€ para 12.300,00€), o que representa uma diminuição global da despesa com esta rubrica em cerca de 7% (em 2012 a despesa foi de 212.287,24€ em 2013 foi de 198.076,00€).

No que se refere às despesas de capital, conforme já referimos, registou-se um aumento muito significativo face a 2012, devido à decisão tomada pela Direção de se efetuarem obras de conservação e/ou conversação nos edifícios existentes e de se ter contratualizado um projeto de arquitetura para um novo edifício que vai alargar o espaço de biblioteca, edificado que se revela cada vez mais necessárias atendendo à progressiva deterioração das condições logísticas que a Faculdade tem para oferecer aos seus investigadores.

Em 2012, a faculdade já tinha dado sinais de remodelações nos edifícios existentes, tendo concretizado a remodelação de 2 anfiteatros e de 2 salas para mestrados, Em 2013 manteve-se a política de recuperação e manutenção do edifício da FDUL. Neste âmbito realizaram-se diversas obras de requalificação do edifício que implicaram os seguintes trabalhos: reparação de paredes danificadas (infiltração, furos, estuque danificado, impermeabilizações) em todos os pisos dos edifícios, reparação de tetos danificados (infiltração, furos, estuque danificado) nos pisos 0, -1, -2 e -3 dos edifícios, reparação de portas e janelas dos edifícios, recuperação de salas de aula do edifício antigo com mobiliário em madeira, nomeadamente, as salas 10.05, 11.02 e 11.04, pintura de salas dos edifícios, recuperação de todos os painéis expositivos da FDUL, procedeu-se à junção num único espaço físico dos serviços de apoio ao aluno, juntando o Núcleo de Formação Inicial, o Núcleo de formação Avançada e a Tesouraria. Com esta obra de remodelação atingiu-se, em simultâneo, o objetivo de aumentar o nº de salas de aula ao recuperar 2 espaços modernos e polivalentes, atualmente, em uso para aulas de Mestrado e Workshops e tornou os serviços mais funcionais e eficientes para os alunos.

De salientar o esforço realizado em 2013 na valorização das obras de arte. Para o efeito, a Faculdade de Direito celebrou com a Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa um protocolo que tinha como objetivo o fornecimento de pinturas e esculturas para salas de aulas. Neste âmbito, a faculdade adquiriu 32 pinturas, colocadas em diferentes salas de aulas e 3 painéis de escultura de cerâmicos colocados nos novos anfiteatros. Ainda neste âmbito e dando continuidade à prática institucionalizada de pintar a óleo os retratos dos novos doutores em Direito, a Faculdade adjudicou ao pintor Luís Guimarães uma grande tela que representam os doutores dos últimos 2 anos.

A tabela seguinte resume a informação supra, nas rúbricas com maior relevância, entre 2009 e 2013:

	2009	2010	2011	2012	2013
DESPESA					
Pago a trabalhadores	6.555.092,22	6.138.049,71	5.806.710,60	4.941.655,91	5.618.612,38
Caixa Geral de Aposentações	515.829,17	733.283,02	648.778,81	538.493,98	824.164,70
Segurança Social	203.258,09	197.815,25	216.664,97	217.706,32	269.121,60
ADSE	65.635,52	69.867,90	196.508,40	137.866,88	97.334,83
Funcionamento	1.803.714,20	2.059.142,62	1.655.181,35	1.738.790,94	1.839.445,48
Encargos de Capital	93.665,47	125.544,00	20.313,65	185.816,35	727.830,12
TOTAL DE DESPESAS	9.237.194,67	9.323.702,50	8.544.157,78	7.760.330,38	9.376.509,11
RECEITA					
Propinas	3.191.107,89	3.237.035,00	3.515.478,79	3.903.081,53	4.209.364,84
Outras Receitas Próprias	1.255.532,64	1.367.860,00	1.185.364,07	704.819,38	1.045.642,81
Orçamento do Estado	5.211.355,00	5.408.024,00	4.706.873,00	3.232.396,00	3.810.983,00
TOTAL RECEITA	9.657.995,53	10.012.919,00	9.407.715,86	7.840.296,91	9.065.990,65
SALDO GLOBAL (R-D)	420.800,86	689.216,50	863.558,08	79.966,53	(310.518,46)

3. Saldo

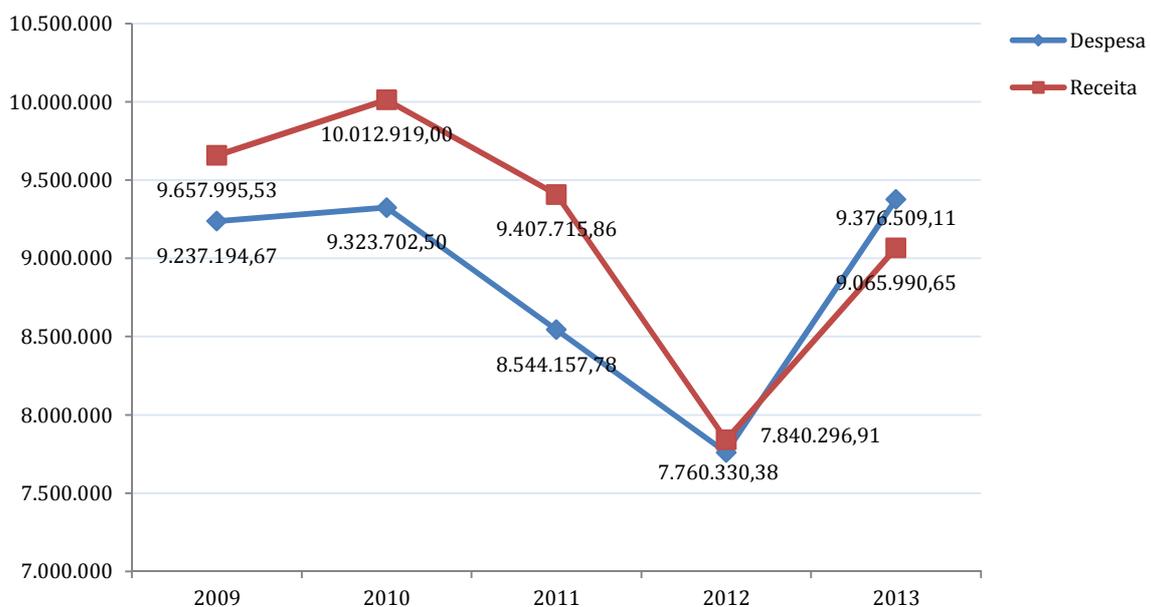
A Faculdade continua com um saldo transitado muito significativo, decorrente da política dos últimos 10 anos de poupança e esforço no aumento do número de alunos de modo a aumentar a receita própria com o objetivo de poder um dia vir a ter espaços que permitam um desenvolvimento da investigação.

Os valores de balanço em 2013, na rubrica “Depósitos em Instituições financeiras e caixa”, demonstram que o saldo transitado acumulado é de 8.297.689,57 Euros. Regista-se assim um decréscimo de 267.988,79€, menos 3%, face ao ano transato.

De salientar que a Faculdade de Direito nos termos do despacho do Secretário de Estado do Orçamento de 19 de abril de 2013, e tendo em conta a obrigatoriedade do cumprimento da regra de equilíbrio orçamental, foi autorizada a aplicação de 850.000€ provenientes de saldos de receitas próprias por crédito especial em encargos com a Caixa Geral de Aposentações e com a Segurança Social, dado que nos termos do nº 4 do artigo 6º-A do Decreto-Lei nº 498/72, de 09 de Dezembro as instituições de ensino superior e restantes entidades com autonomia administrativa e financeira podem, para efeitos do presente artigo, utilizar os saldos de gerência de anos anteriores, ficando, para esse efeito, dispensados do cumprimento do artigo 25º da Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 52/2011, de 13 de outubro.

De referir que a Faculdade de Direito, no cumprimento do previsto no artigo 124º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, fez prova da execução do princípio da unidade de tesouraria através do registo mensal, nos serviços online da Direção Geral do Orçamento, do saldo no final de cada mês dos depósitos e aplicações financeiras junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública e das instituições bancárias, e respetivas receitas próprias arrecadadas, bem como das disponibilidades e aplicações mantidas na banca comercial e respetivos rendimentos auferidos.

O gráfico seguinte apresenta a evolução da receita e da despesa nos últimos 5 anos:



4. A componente financeira da Cooperação

Através do Instituto de Cooperação Jurídica, tal como foi referido no ponto 10 do Grupo II – Área Académica, a Faculdade ministrou vários cursos em Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde, Índia (Goa), China (Macau) e Timor, abrangendo um total de quase 1.200 Alunos.

Do ponto de vista financeiro, em 2013, o gasto total com a cooperação, realizado diretamente pela FDUL, ascendeu a 218.612,37 € dos quais o Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I. P. participou, com parte substancial, no tocante aos projetos de Moçambique e Guiné-Bissau. A nível das participações verificámos que nos 2 últimos anos a situação foi a seguinte:

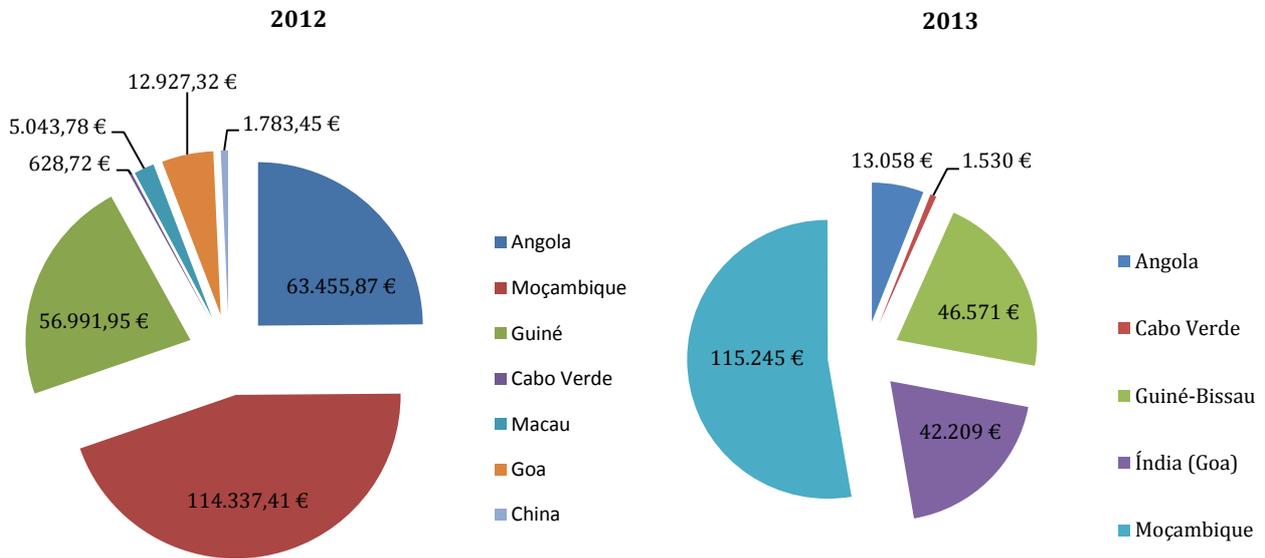
ANO	DESPESA GLOBAL	CAMÕES-Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.			DESPESA TOTAL (suportada pela FDUL)
		Moçambique	Guiné-Bissau	TOTAL	
2012	255.169,00€	93.967,80€	73.553,50€	167.521,30€	87.647,70€
2013	218.612,37€	79.612,06€	48.412,00€	128.024,06€	90.588,31€

Verifica-se que o financiamento oriundo desta entidade para apoio a estes projetos diminuiu substancialmente, em cerca de 23%, face a 2012 o que resultou num aumento da despesa total suportada pela FDUL.

Para além destes valores, uma parte significativa do financiamento dos cursos de pós-graduação, realizados no âmbito da cooperação foi levada a cabo mediante participações das próprias instituições beneficiárias e de outras entidades patrocinadoras, que compensaram a redução verificada na participação do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I. P. face a anos anteriores. Entre essas entidades, destacam-se as seguintes:

1. Fundação MillenniumBCP (Moçambique);
2. Fundação Calouste Gulbenkian (Guiné-Bissau, Cabo Verde e Índia (Goa));
3. Fundação das Universidades Portuguesas (Timor-Leste).

O gráfico apresenta a repartição da despesa em 2012 e em 2013 por País:



Daqui se conclui que as despesas realizadas no âmbito dos diversos projetos de cooperação diminuíram substancialmente, deixando inclusivamente de se realizar qualquer despesa em dois países, como é o caso de China (Macau) e de Timor-Leste.

IV – EVENTOS DA DIREÇÃO

Durante o ano de 2013, a Direção da Faculdade de Direito de Lisboa continuou a organizar vários eventos científicos (Encontros, Conferências, Simpósios), trazendo a discussão questões contemporâneas, analisadas sob uma ótica jurisprudencial, e trazendo à Faculdade de Direito de Lisboa várias personalidades do mundo do Direito e da Sociedade Civil.

Relatamos de seguida, de forma sucinta, os eventos organizados pela Direção da Faculdade em 2013:

- Conferência “Psicologia Judiciária” (10 de janeiro de 2013);
- Ciclo de Conferências Outros Protagonistas “O Ensino do Direito nas Universidades e nas Escolas da Magistratura” (11 de janeiro de 2013);
- Simpósio Internacional “Os Direitos da Pessoa Humana e sua protecção nos Direitos Português e Brasileiro” (16 e 17 de janeiro de 2013);
- I Encontro de Direito, Psicologia e Medicina da Família (13 de fevereiro de 2013);
- “Poder e Direito” - XV Congresso Internacional e XVIII Congresso Ibero-Americano de Direito Romano (14-16 de fevereiro de 2013);
- Sessão Solene de apresentação do “Observatório Sociedade e Família” (16 de Fevereiro de 2013);
- Conferência “A Problemática da Violência: entre o Direito e a Psicologia” (20 e 21 de fevereiro de 2013);
- Encontro “O impacto da feminização do Direito” (8 de março de 2013);
- Sessão Solene de entrega da Medalha Jorge Miranda ao Prof. Doutor Paulo Bonavides (15 de abril de 2013);
- Seminário “O Ensino dos Direitos do Mar na CPLP” (19 de abril de 2013);
- Jornadas Universitárias (16 de maio de 2013);
- Exposição sobre Álvaro Cunhal e Colóquio “Álvaro Cunhal, o marxismo e o Direito” (22 de Maio de 2013);
- I Colóquio Luso-Brasileiro sobre as perspectivas do Direito no século XXI – Capítulo Portugal (20 e 21 de junho de 2013);
- Encontro “Casca de Nós: Os idosos entre o Direito e a Psicologia” (21 de junho de 2013);
- Conferência “Pais e filhos: o casal separado e a educação dos filhos” (4 de novembro de 2013);

- Ciclo de Conferências “Quem defende o povo no Portugal de 2013?” (4 de novembro de 2013);
- Colóquio “O Estatuto Jurídico das Ilhas Selvagens” (12 de novembro de 2013);
- Seminário “Direitos dos Idosos e a Família: sua aplicação pelas Organizações Não-Estatais - O testemunho da Comunidade de S. Egidio” (18 de novembro de 2013);
- Encontro "O Direito e os animais: uma perspetiva para o séc. XXI" (11 de dezembro de 2013).

Este relatório foi coordenado pela Diretora Executiva com a colaboração da Divisão Académica, do Núcleo de Gestão Recursos Humanos, do Núcleo de Gestão Financeira e Patrimonial e do Secretariado da Direção, este último que forneceu a lista de eventos publicada na parte IV sob o título "Eventos da Direção".

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, abril de 2014

O Conselho de Gestão

Diretor

(Prof. Doutor Jorge Duarte Pinheiro)

Subdiretora

(Prof. Doutora Maria Paula Vaz Freire)

Diretora Executiva

(Lic. Ana Paula Carreira)